

Relatório de Atividades

Advocacy por gerações
livres de violência

2024



Coalizão Brasileira
pelo Fim da Violência
contra Crianças e Adolescentes



←←←←
Acesse e conheça o Relatório de Atividades 2022-2023



←←←←
Acesse o Policy Brief Panorama: Planos Setoriais Nacionais e os Direitos de Crianças e Adolescentes

Como fazer parte da Coalizão

Sua organização atua na prevenção e no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes? Acredita no fortalecimento de ações conjuntas? Entre em contato com a gente pelo e-mail:

contato@coalizaobrasileira.org.br

Índice



Clique no item do Índice para acessar cada página



Clique no ícone da casa em cada página para voltar ao Índice

02 **Apresentação**
Esforços por gerações livres de violência

04 **A Coalizão**
Entenda um pouco do nosso trabalho

06 **INSPIRE**
Atuação baseada em evidências

08 **Membros**
Quem integra nossa rede e financia a Coalizão

14 **Linha do tempo**
Momentos marcantes da nossa história

16 **Advocacy**
Estratégias mês a mês

30 **Atuação internacional**
1ª Conferência Ministerial Global

32 **Representação**
Presença em espaços estratégicos

34 **Desenvolvimento institucional**
Governança reforçada

36 **Posicionamentos**
Mobilizações para a garantia de direitos

38 **Tradução do conhecimento**
Nossos Policy Briefs

40 **Incidência**
Atuação no Congresso

44 **Nosso alcance**
A Coalizão na imprensa

45 **Investimentos**
Os detalhes da nossa prestação de contas

46 **Legado**
Prevenir a violência é decidir pelo futuro



APRESENTAÇÃO



Nossos esforços por gerações livres de violência

Ao refletirmos sobre a trajetória percorrida ao longo dos últimos anos e os avanços recentes, reafirmamos nosso compromisso com a construção de um Brasil que enfrenta a violência com determinação, articulando forças intersetoriais e promovendo políticas públicas baseadas em evidências.

Orientados pela abordagem multi-causal do INSPIRE, seguimos firmes na Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes na missão de potencializar políticas públicas que ampliem fatores de proteção, reduzam riscos e assegurem acolhimento e cuidado às vítimas e testemunhas de violência.

Neste ciclo, **alcançamos marcos significativos, como a adaptação dos Indicadores INSPIRE ao contexto brasileiro**, em parceria com a Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos (ReneDH), o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e o apoio técnico da Vital Strategies. Além de fortalecer as estratégias de

prevenção e resposta, esses indicadores incorporam dimensões fundamentais, como a prevenção ao racismo na infância e na adolescência, e o enfrentamento da violência on-line. Tais elementos são cruciais para orientar ações que promovam equidade e segurança em um ambiente cada vez mais conectado, garantindo que as políticas públicas reflitam a complexidade das múltiplas formas de violência que afetam crianças e adolescentes no Brasil.

Outro destaque foi **a realização de uma auditoria nacional sobre a violência contra crianças e adolescentes**, viabilizada por meio de um acordo de cooperação técnica com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas

do Brasil (ATRICON). Essa auditoria, além de fortalecer os mecanismos de controle e transparência, incorporou um olhar atento à prevenção ao racismo e à promoção de práticas antirracistas, reconhecendo a necessidade de enfrentar desigualdades estruturais que perpetuam violências. O foco em indicadores relacionados à violência on-line também emergiu como um componente indispensável para monitorar e responder aos desafios dessa realidade.

No âmbito internacional, **a participação ativa do Brasil na 1ª Conferência Ministerial Global sobre o Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, realizada em Bogotá, na Colômbia**, em novembro de 2024, renovou o compromisso do país com essa agenda. Como *Pathfinding Country*, o Brasil se destacou ao apresentar iniciativas pioneiras e mobilizar aliados em prol de políticas públicas que priorizem a prevenção e a proteção.

O desenvolvimento institucional da Coalizão também se consolidou com a implementação de instrumentos de governança, como a Política de Relações Institucionais e Governamen-

tais, o Caderno de Posicionamentos, e a Política de Salvaguarda. Esses avanços fortalecem nossa atuação com transparência e integridade, preparando-nos para desafios futuros.

Caminhamos com a visão de um futuro em que crianças e adolescentes possam crescer livres de violência, em um país que prioriza a prevenção, promove justiça e garante que ninguém seja deixado para trás. Seguiremos construindo, ao lado de aliados, sobreviventes, crianças e adolescentes, um Brasil que não se cala. O caminho é desafiador, mas a promessa de gerações livres de violência é o que nos move.

Boa leitura!

Lucas José Ramos Lopes
Secretário Executivo



QUEM SOMOS

A Coalizão

A Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes é uma articulação nacional da sociedade civil, suprapartidária, laica e independente, formada por **78 entidades, universidades, coletivos, movimentos e redes que atuam em território nacional com ênfase na prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes.**

Criada em 2017, a Coalizão teve um papel central na adesão do Brasil à Parceria Global pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes (*Global Partnership to End Violence Against Children*), uma iniciativa lançada pela Organização das Nações Unidas em 2016, que busca alcançar a meta 16.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): acabar com todas as formas de abuso, exploração, tráfico e violência contra crianças.

Como resultado dessa mobilização, em 2018, o Brasil se tornou um país pioneiro (*Pathfinding Country*) ao formalizar sua adesão à Parceria Global. **Esse compromisso foi reafirmado pelo governo brasileiro durante a 1ª Conferência Ministerial Global sobre o Fim da Violência contra Crianças, realizada em novembro de 2024, em Bogotá, na Colômbia.**

Missão

Potencializar a prevenção e a resposta a todas as formas de violência contra crianças e adolescentes no Brasil.

Visão

Ser referência nacional na indução de políticas públicas baseadas em evidências para prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes.

Valores



Colaboração



Diversidade



Integridade



Transparência



Conheça mais sobre a atuação da Coalizão

Nossas propostas em 2024

O planejamento estratégico da Coalizão para 2024-2025 foi fundamentado em três propostas estruturantes em nível nacional, orientadas pela Teoria da Mudança desenvolvida em 2021. Essas propostas visam mudar a forma como o Brasil planeja, monitora e financia políticas públicas para proteger crianças e adolescentes.

1 Renovação do compromisso com a Parceria Global e adoção do INSPIRE

Defender a implementação de uma estratégia nacional de prevenção e resposta às violências baseada no INSPIRE.

2 Revisão e reedição do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

Avaliar e atualizar o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (2011–2020) com previsibilidade orçamentária, garantindo uma governança mais eficiente para a política nacional.

3 Fortalecimento do financiamento para a prevenção das violências

Estabelecer diretrizes específicas para investimento em prevenção, garantindo recursos exclusivos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) para ações de enfrentamento às violências.

Advocacy e colaboração: a força da Coalizão

A atuação da Coalizão se baseia na articulação entre as ações de advocacy e a expertise das organizações-membro. Essa sinergia amplia o impacto das ações e fortalece o potencial de transformação social. Trabalhar em coalizão significa multiplicar os resultados e dividir os desafios. No campo dos direitos humanos de crianças e adolescentes, compartilhar uma visão comum de advocacy permite transformar missões institucionais em conquistas coletivas.

Nas páginas a seguir, você vai conhecer todas as organizações que integram a Coalizão e quais delas financiaram nossas ações em 2024.



QUEM SOMOS

Atuação baseada em evidências: o INSPIRE

A atuação da Coalizão é guiada por evidências científicas e estratégias eficazes de prevenção e resposta às violências.

O INSPIRE é um conjunto de sete estratégias baseadas em evidências que orientam governos, sociedade civil e setor privado na implementação de políticas e programas com alto impacto na redução da violência contra crianças e adolescentes. Essas estratégias não apenas fortalecem as respostas institucionais, mas também promovem uma cultura de prevenção estruturada e coordenada.



“É inspirador ver a atuação da Coalizão pela incidência política baseada em evidências. Fico feliz por integrar um grupo que dialoga, constrói e articula para o avanço na proteção dos direitos de crianças e adolescentes.”

Amanda Gregorio,
Fundação José Luiz Setúbal



Implementação e vigilância do cumprimento das leis



Normas e valores



Segurança do ambiente



Pais, mães e cuidadores recebem apoio



Incremento de renda e fortalecimento econômico



Respostas de serviços de atenção e apoio



Educação e habilidades para a vida



Saiba mais sobre o INSPIRE

A Coalizão em números

78

organizações

5

regiões do país

78 organizações, coletivos, movimentos e redes da sociedade civil, atuando de forma suprapartidária e laica no advocacy colaborativo para pôr fim à violência contra crianças e adolescentes.

3

comissões internas

Para alcançar os objetivos de advocacy, mobilizamos comissões em 2024: Comissão de Conhecimento, Comissão de Incidência e Comissão de Políticas Internas e Governança.

52

horas de articulação

Dedicamos esse tempo para manter a Coalizão articulada, assegurar que os stakeholders estivessem informados, identificar parceiros-chave e alinhar pautas e agendas estratégicas.

18

horas de agendas estratégicas

Tivemos agendas com tomadores de decisão dos poderes Executivo e Legislativo federais, incluindo influenciadores, assessorias parlamentares e equipes executivas.

47

Projetos de Lei monitorados diariamente

Acompanhamos diariamente Projetos de Lei, garantindo que cada proposta seja analisada com atenção para fortalecer a proteção de crianças e adolescentes.

92

horas de acompanhamento em Comissões no Congresso Nacional

Como parte do monitoramento legislativo e da articulação, nos dedicamos ao acompanhamento dos trabalhos das Comissões.

769

horas de acompanhamento do Plenário da Câmara dos Deputados

Monitoramos debates e votações de pautas relacionadas à proteção de crianças e adolescentes, garantindo uma atuação proativa na defesa de seus direitos.

12

coalizões, redes e movimentos nacionais de direitos da criança e do adolescente fortalecidos

Beneficiamos articulações com informações estratégicas, monitoramento legislativo semanal e participação em ações de advocacy.

1.200

entidades com atuação na defesa dos direitos de crianças e adolescentes impactadas indiretamente

Organizações se beneficiaram de estratégias, articulações, análises, advocacy e boas práticas, ampliando sua capacidade de atuação.



MEMBROS

Conheça quem faz parte da nossa rede

A Coalizão Brasileira é formada por 78 entidades, universidades, coletivos, movimentos e redes que atuam em território nacional.



4daddy
Leandro Crespo Ziotto



ACARI – Associação Civil de Articulação para a Cidadania
Ilze Braga de Carvalho Nobre



Aldeias Infantis SOS Brasil
Sergio Marques



ANDI – Comunicação e Direitos
Miriam Pragita



Associação Beneficente Santa Fé
Marcia Ventura Dias



Associação de Apoio à Criança em Risco – ACER Brasil
Jonathan Hannay



Associação Fênix
Sabrina Santos Castro



Associação Iniciativa Cultural – Passos da Criança
Cristiane Faria Honório



Avante – Educação e Mobilização Social
Deborah Kotek Selistre | Ivanna Paula Castro Oliveira



Católicas pelo Direito de Decidir
Denise Mascarenha



Centro de Estudos Integrados, Infância, Adolescência e Saúde (CEIIAS)
Evelyn Eisenstein



Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio)
Irene Rizzini | Caroline Araujo | Carolina Terra



Centro Marista de Defesa da Infância
Cecília Landarin Heleno | Bárbara Pimpão



ChildFund Brasil
Águeda Barreto



Cidade Escola Aprendiz
Roberta Machado Tasselli



Círculo Operário Leopoldense (COL)
Odete Zanchet



Coletivo Mães na Luta
Luz Cerroti | Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira



Conselho Federal de Psicologia
Ana Luiza de Souza Castro



Educação Protegida
Katia Mello Dantas



Eu Me Protejo
Patricia Almeida | Paula Ayub | Gisele Fontes



Ficar de Bem – Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância do ABCD
Melissa E. M. Terron | Lígia Vezzaro Caravieri



Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Samira Bueno



Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente
Victor Alcântara da Graça | Victor Binoto



Fundação Amazônia Sustentável (FAS)
Francisco Ademar da Silva Cruz



Fundação FEAC
Natalia Cristina Valente



Fundação José Luiz Setúbal
Márcia Kalvon Woods | Amanda Gregorio dos Santos



Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
Karina Fasson | Verônica Teixeira Glória



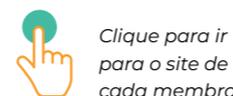
Fundação Roberto Marinho / Canal Futura
Priscila Pereira



Futuro Brilhante
Diego Alex de Matos Martins



Grupo Violes – Grupo de Pesquisa sobre Tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes – Universidade de Brasília (UnB)
Maria Lucia Pinto Leal



Clique para ir para o site de cada membro



Instituto Alana
Ana Claudia Cifali |
Mariana Albuquerque Zan



Instituto Carolotas
Fabiana Gutierrez |
Gabriela Treteski



Instituto de Assistência à Criança e ao Adolescente Santo Antônio (IACAS)
Amanda Ferreira



Instituto Galo da Manhã
Bárbara Correia |
Rafael Poço



Instituto Jô Clemente
Deisiana Campos Paes |
João Victor Salge



Instituto Rede Abrigo
Douglas Lopes



Instituto Aurora para Educação em Direitos Humanos
Michele Bravos



Instituto Como Contar
Cybele Ozório



Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente (INDICA)
Benedito Rodrigues dos Santos



Instituto GENi
Flávia Defacio



Instituto Liberta
Cristina Cordeiro |
Luciana Temer |
Renata Greco



Instituto Repartir
Luciana Alvarez Pedroso



Instituto Cactus
Bruno Ziller



Instituto da Infância (IFAN)
Luzia Torres Gerosa Laffite



Instituto Fazendo História
Debora de Carvalho Vigevani



Instituto Geração Amanhã
Sandra Sobral



Instituto Pe. Vilson Groh (IVG)
Kelly Sousa



Instituto Sou da Paz
Danielle Tsuchida Bendazzoli



Instituto Tecendo Infâncias
Adriane Menna Barreto



Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre Violência e Saúde (LIEVES)
Letícia Araújo



Não me Toca, seu Boboca! – literatura e proteção
Andrea Viviana Taubman



Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre Infância e Adolescência (Nepia-UEPG)
Cleide Lavoratti



Ocupa Mãe
Carolina Borges



Instituto WCF Brasil – Childhood Brasil
Eva Cristina Dengler |
Itamar Gonçalves



Luta Pela Paz
Ranni Soares



Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente (NECA)
Dayse C. F. Bernardi |
José Carlos Bimbatte Junior



Núcleo Lux Mundi
Eliane De Carli



ONG Minha Criança Trans
Thamirys Nunes



Kindernothilfe – KNH Brasil
Christiane Rezende



Memórias Masculinas
Denis Gonçalves Ferreira



Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP)
Renan Theodoro de Oliveira



Observatório de Educação em Direitos Humanos e Justiça Restaurativa nas Escolas
Cezar Bueno de Lima



Organização de Direitos Humanos Projeto Legal
Monica Alkmim



Palhaços Sem Juízo – Intervenções artísticas em ambientes do Judiciário
Soraya Saide



Plan International Brasil
Flavio Debique



Programa de Investigação Epidemiológica em Violência Familiar (Instituto de Medicina Social/UERJ)
Claudia Leite de Moraes



Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas
Márcio de Oliveira



Projeto Bem Me Quer
Anna Luiza Calixto



Rede Nacional Primeira Infância
Solidade Menezes



Rede Não Bata, Eduque
Marcia Oliveira



SaferNet Brasil
Thiago Tavares



Save the Children
Karina Gomes



Serenas – Garantia de Direitos para Meninas e Mulheres
Amanda Sadalla |
Bruna Latrofe



Think Twice Brasil
Gabriele Costa Bento Garcia



União dos Escoteiros do Brasil
Carlos Frederico dos Santos



União Marista do Brasil (UMBRASIL)
Francine Junqueira



Visão Mundial
Reginaldo Pereira da Silva



Vital Strategies Brasil
Sofia Reinach

FINANCIADORES

Quem financiou a Coalizão em 2024



Fundação FEAC



Fundação José Luiz Setúbal



Instituto Alana



Instituto Galo da Manhã



Instituto Liberta



Instituto WCF Brasil (Childhood Brasil)

Nosso trabalho de advocacy é inteiramente financiado por fundações, institutos e organizações que acreditam no advocacy colaborativo e na atuação em coalizão para a defesa dos direitos e interesses de crianças e adolescentes. A Coalizão não recebe recursos públicos.



“A cada ano, a Coalizão se fortalece e se torna um espaço relevante para o advocacy no enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes. Além das articulações, a Coalizão contribui com novas evidências e instrumentos de monitoramento inovadores no cenário global.”

Sofia Reinach, **Vital Strategies**



NOSSA HISTÓRIA

Linha do tempo

Nosso trabalho na Coalizão contribui diretamente para o fortalecimento de ações que defendem os direitos de crianças e adolescentes contra todos os tipos de violências.

Um bilhão de crianças e adolescentes

Imagine uma nova doença que atinge crianças no mundo por ano.

Assista ao nosso vídeo institucional

2017

Um chamado à ação

Organizações da sociedade civil articulam a adesão do governo brasileiro à Parceria Global pelo Fim da Violência contra Crianças – *The Global Partnership to End Violence Against Children*.

2018

A construção do compromisso

O governo brasileiro adere à Parceria e se torna um País Pioneiro (*Pathfinding Country*).

2019

Políticas com base em evidências

Início da jornada de disseminação do pacote INSPIRE, que busca inspirar e reunir ideias de ações que os países podem adotar para prevenir e enfrentar a violência contra crianças e adolescentes. Ao todo são sete estratégias que visam contribuir para o alcance de metas específicas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

2020

Somos Coalizão

O movimento cresce e, com o apoio institucional, estrutura uma secretaria executiva e inicia atividades de advocacy.

2021

Incidência estratégica

A Teoria de Mudança define as grandes linhas de atuação da Coalizão para os próximos anos.

2022

Advocacy é nosso DNA

A revisão da governança e a estruturação de processos de incidência na legislação orçamentária e no planejamento público posicionam a articulação como uma coalizão de advocacy.

2023

As chaves da mudança

O Brasil renova seu compromisso com a Parceria Global. A Coalizão amplia sua atuação no Congresso Nacional, em um novo ciclo de advocacy.

2024

Indicadores nacionais

Demos um passo importante para aprimorar a capacidade diagnóstica das violências contra crianças e adolescentes, algo essencial para nossa visão de futuro e transformação. Para isso, adaptamos os Indicadores INSPIRE e criamos o Pacote de Monitoramento de Estratégias pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes.



Nosso advocacy mês a mês

O ano de 2024 foi intenso para a Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, que liderou e apoiou uma série de iniciativas da sociedade civil para a defesa de direitos de crianças e adolescentes em encontros presenciais e on-line, campanhas, eventos, apoios institucionais, entre outros.

Janeiro

Encontro virtual

Para fortalecer a atuação da sociedade civil no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), promovendo um espaço de diálogo e partilha de experiências, em 30 de janeiro foi realizado um encontro virtual aberto promovido por diversas organizações e movimentos da sociedade civil. A iniciativa reuniu coletivos, entidades, fóruns, redes e movimentos que atuam na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, incluindo a Agenda 227, a Coalizão pela Socioeducação, a Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) e o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH).

Durante o encontro, foram discutidas propostas de articulações conjuntas para o fortalecimento do papel da sociedade civil no CONANDA, incluindo a criação de mecanismos para ampliar a incidência nas políticas públicas voltadas à infância e adolescência. Representantes de diferentes organizações contribuíram com relatos e reflexões, enriquecendo as discussões e destacando a importância do trabalho coletivo para a garantia dos direitos.

Fevereiro

Carnaval sem violência

Durante o mês de fevereiro, a Coalizão apoiou institucionalmente a campanha “Faça Bonito: Pule, Brinque e Disque 100”, promovida pela iniciativa homônima. A ação teve o objetivo de conscientizar a população sobre a importância da prevenção e do combate à violência contra crianças e adolescentes durante o Carnaval. Com materiais educativos e divulgação por meio de plataformas digitais, o movimento reforçou a necessidade de denunciar qualquer caso de violação de direitos por meio do Disque 100.



Orfandade no Brasil

O Secretário Executivo Lucas José Ramos Lopes representou a Coalizão no evento “Orfandade no Brasil: Proteção e Direitos Humanos das Crianças e dos Adolescentes”, organizado pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Perdas e Lutos (NIPPEL) e realizado em 19 de fevereiro pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP). Coordenado por Regina Szyliit, o evento reuniu pesquisadores, parlamentares, gestores públicos e ativistas para discutir a situação da orfandade no país e a necessidade de maior institucionalização da política nacional de direitos humanos de crianças e adolescentes. A Coalizão destacou a importância de avançar nas políticas públicas voltadas à proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, enfatizando o papel das organizações da sociedade civil e do governo em construir soluções intersetoriais para a orfandade. A discussão também abordou boas práticas e desafios enfrentados na implementação de ações concretas para assegurar os direitos fundamentais desse público.

Enfrentamento às violências sexuais

Em 28 de fevereiro, a Coalizão participou do Encontro Preparatório do III Congresso Brasileiro de Enfrentamento às Violências Sexuais, com previsão de realização em 2025. Durante o evento, compôs uma mesa de análise de conjuntura ao lado de diversas lideranças, incluindo a deputada Sâmia Bomfim (Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente), Laís Peretto (Childhood Brasil), Luiza Teixeira (UNICEF), Amanda Ferreira (IACAS/AM), Nayara Lopes (SNDCA/MDHC) e representantes da SaferNet Brasil, Ministério do

Turismo, Ministério do Esporte e CONANDA. Na ocasião, destacou-se a correlação multifatorial e os mecanismos intergeracionais de reprodução da violência, bem como a carência de intervenções preventivas robustas e devidamente avaliadas. As contribuições da mesa reforçaram a importância de ações articuladas e integradas para a prevenção e o enfrentamento dessas violações.

Algoritmos e violência em redes sociais

A Coalizão apoiou institucionalmente o lançamento da pesquisa “Algoritmos, Violência e Juventude: Rumo a um Modelo Educacional para a Paz e Direitos Humanos”, conduzida pelo Think Twice Brasil, International Civil Society Network (ICAN) e Women’s Alliance for Security Leadership (WASL). O estudo, coordenado por Gabriele Costa Bento Garcia, contou com a participação de Beatriz Lopes Buarque e foi lançado em 29 de fevereiro, em evento promovido pela The London School of Economics and Political Science (LSE). A pesquisa revelou como algoritmos de redes sociais podem expor jovens a conteúdos violentos, promovendo ciclos de violência e radicalização. Foram enfatizadas a necessidade de maior institucionalização da política de educação para a paz e direitos humanos, além de uma maior responsabilização das plataformas digitais na moderação de conteúdos para prevenir violências e proteger direitos humanos. O lançamento incluiu a apresentação de um relatório de pesquisa, um material de apoio para educadores intitulado “Violências e Cultura de Paz” e o jogo de cartas “Chat Cards – Boas Conversas Longe das Telas”.



Março

Bate-papo com WeProtect Global Alliance, SafeOnline e INHOPE

Em 5 de março, a Coalizão, em parceria com a SaferNet Brasil, realizou um importante bate-papo com representantes de organizações internacionais dedicadas à prevenção de violências. Estiveram presentes Iain Drennan, diretor-executivo da WeProtect Global Alliance; Stephanie Quintão, Membership Engagement Manager; Natalie Shoup, Industry & Data Lead da SafeOnline; e Michael Sheath, representante da Association of Internet Hotline Providers (INHOPE). Durante o encontro, foram discutidas estratégias baseadas em evidências para a prevenção e resposta às violências, destacando a importância de aprender com experiências globais para catalisar políticas públicas no Brasil. O compromisso da Coalizão em promover mudanças sustentáveis, mensuráveis e exequíveis é reforçado pela colaboração com essas instituições internacionais de destaque.



Connex Pelotas 2024

No dia 15 de março, Lucas José Ramos Lopes representou a Coalizão no Connex Pelotas 2024, participando do painel “Violência contra crianças e adolescentes: boas práticas para enfrentamento”. Dividiu a mesa com Tâmara Biolo Soares (Instituto Cidade Segura), Juliana Tibau (Luta pela Paz) e Cice Galoro (Allma Hub). O debate destacou experiências bem-sucedidas de prevenção e enfrentamento das violências. No evento, representantes do setor público, ONGs, universidades e empresas se reuniram para promover práticas inovadoras em segurança pública e prevenção da violência. Realizado pela Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos e pela Prefeitura Municipal de Pelotas (RS), o Connex 2024 contou com o apoio de organizações como a Coalizão, Peace in Our Cities, Van Leer Foundation e Sebrae, além de patrocinadores como Itaú Unibanco, Banrisul e Detran-RS.



Abril

Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Coalizão participou da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada entre 2 e 4 de abril. O evento reuniu 1.200 participantes, incluindo delegações de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal, para discutir propostas em cinco eixos temáticos e definir prioridades para as políticas públicas voltadas à população de 0 a 18 anos. A Conferência destacou a necessidade de avançar na efetiva integração da participação social e popular no ciclo das políticas públicas, utilizando metodologias apropriadas, garantindo compatibilidade normativa e promovendo propostas viáveis e alinhadas às janelas de oportunidade. O evento representou um passo fundamental na construção de uma agenda nacional que fortaleça a proteção e os direitos de crianças e adolescentes.

Apoio técnico para regulamentação da Lei N.º 14.811/2024

A Coalizão apoiou a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA/MDHC) na elaboração da minuta de decreto para regulamentar a Lei N.º 14.811/2024. Por meio de sua expertise técnica e capacidade de articulação intersetorial, a Coalizão contribuiu para que a regulamentação fosse alinhada às melhores práticas e a valores de proteção integral. A contribuição representou um avanço significativo para a implementação de ações efetivas e sustentáveis no âmbito do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, fortalecendo a legislação e assegurando sua aplicação com foco nos direitos fundamentais.

Rede Nacional de Frentes Parlamentares de Primeira Infância

Um marco na articulação legislativa entre Assembleias Estaduais, Câmara Distrital e Congresso Nacional, foi lançada em 21 de março a Rede Nacional de Frentes Parlamentares de Primeira Infância. Liderada pela senadora Teresa Leitão (Pernambuco), pelo deputado Zacharias Calil (Goiás) e pela deputada estadual Marina Helou (São Paulo), a iniciativa amplia a agenda legislativa voltada à proteção da infância, com ênfase especial nos primeiros anos de vida. Lucas José Ramos Lopes participou representando a Coalizão, colaborando nos primeiros passos dessa rede promissora. O lançamento destacou a importância de unir esforços entre diferentes instâncias legislativas para promover uma política pública eficaz e abrangente, garantindo avanços significativos na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.





Identificando as violências

A Coalizão participou do Momento Formativo promovido pela Rede Nacional Primeira Infância em 25 de abril para capacitar participantes na identificação, prevenção e no enfrentamento das violências contra a criança. O encontro reuniu profissionais e representantes de organizações da sociedade civil, além de gestores públicos, para compartilhar conhecimentos, fortalecer redes de apoio e consolidar boas práticas. O momento foi essencial para aprimorar as competências técnicas e promover soluções inovadoras no combate à violência contra crianças, reafirmando o compromisso da Coalizão com a proteção dos direitos infantis.

Maio

Defesa e proteção às crianças, adolescentes e vulneráveis

Em 2 de maio, a Coalizão participou da live “Vós Sois a Luz do Mundo: Pela Defesa e Proteção às Crianças, Adolescentes e Vulneráveis”, que abordou a responsabilidade compartilhada na prevenção da violência sexual, com destaque para as lideranças religiosas que têm avançado na discussão desse tema sensível e essencial. O evento foi promovido por organizações da Igreja Católica, incluindo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB Nacional), Núcleo Lux Mundi, Cáritas Brasileira, Centro Marista de Defesa da Infância, entre outras. A participação da Coalizão reafirmou seu compromisso em promover o diálogo intersetorial para a proteção de crianças e adolescentes.

II Seminário de Prevenção e Resposta às Violências contra Crianças e Adolescentes

No dia 6 de maio, a Câmara dos Vereadores de São Paulo sediou o II Seminário de Prevenção e Respostas às Violências contra Crianças e Adolescentes. O evento se propôs a reconhecer os avanços alcançados e discutir os desafios persistentes na implementação de políticas públicas para a prevenção e resposta às violências no contexto municipal. O Seminário contou com a participação de representantes das Secretarias de Educação, Direitos Humanos e Cidadania, especialistas do UNICEF Brasil, da Fundação José Luiz Setúbal e da Visão Mundial. A mediação foi conduzida pela Coalizão, que reafirmou seu compromisso com a promoção de iniciativas efetivas e intersetoriais.



Proteção em emergências e desastres

Na primeira semana de maio, a Coalizão apoiou o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) na elaboração de recomendações para a “Proteção Integral a Crianças e Adolescentes em Emergências e Desastres”. O documento foi liderado pela presidente do CONANDA, Ma-

rina Poniwas, e pela conselheira Ana Cláudia Cifali, com colaboração de instituições como o Instituto Alana, redes, coletivos e outros representantes da sociedade civil. As recomendações representam um marco no fortalecimento das políticas de proteção infantil em contextos de emergências, promovendo ações integradas e baseadas em evidências.

Prevenção e enfrentamento à violência sexual

A Coalizão participou do debate promovido pela Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamento e Fiscalização Financeira (Aslegis) na Câmara dos Deputados, em 16 de maio. O evento contou com a participação de Carlos David Carneiro, consultor legislativo na área de direitos humanos, que trouxe reflexões sobre como o Estado brasileiro e a sociedade podem se organizar para enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes. O debate abordou a importância do uso de evidências na construção de políticas públicas eficazes e destacou oportunidades de colaboração para corrigir falhas existentes, compartilhar boas práticas e identificar novas abordagens para a prevenção dessa violação.

Roda de conversa: escoteiros, artistas e especialistas

Como parte da programação oficial do Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (18 de maio), a Coalizão promoveu uma roda de conversa em parceria com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Instituto Liberta, Instituto Alana, União dos Escoteiros do Brasil e a agência de comunicação e produtora audiovisual Maria-Sem-Vergonha. O evento reuniu adolescentes, jovens lideranças do movimento escoteiro e a artista circense Georgia Bergamim, protagonista do filme “Apesar de”. A roda de conversa abordou experiências artísticas e práticas educativas como ferramentas para a prevenção e o enfrentamento das violências, promovendo um diálogo enriquecedor entre os participantes.



Comprometimento com a infância e a adolescência

A Coalizão, como integrante da Coordenação Colegiada do Movimento Agenda 227, participou do lançamento das “Diretrizes para uma Gestão Municipal Comprometida com a Infância e a Adolescência”, realizada em 28 de maio. O documento foi desenvolvido

DEBATE ASLEGIS

O uso de evidências na prevenção e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes

quinta-feira, 16 de maio de 2024, às 16h
Local: Câmara dos Deputados, Anexo II, Plenário 11



Lucas Lopes
Secretário Executivo da Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes



Sofia Reinach
Gerente Sênior do Programa de Prevenção à Violência e Sistemas de Saúde Pública da Vital Strategies Brasil



Carlos David Carneiro
Consultor Legislativo da Área de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados



com a colaboração de diversas organizações-membros e signatárias do Movimento, destacando propostas alinhadas à promoção dos direitos de crianças e adolescentes. As diretrizes podem ser acessadas no site da Agenda 227 (agenda227.org.br).

Articulação global para documento da Igreja Católica sobre proteção de crianças e adolescentes

Durante o mês de maio, a Coalizão integrou uma articulação global que solicitou ao Papa Francisco, *in memoriam*, a emissão de uma “Exortação Apostólica” sobre a proteção de crianças e adolescentes, alinhada aos direitos previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança. O pedido foi liderado por organizações como o Núcleo Lux Mundi, Instituto Alana, Instituto Liberta e Centro Marista de Defesa da Infância. A iniciativa reflete o compromisso da Coalizão em promover o diálogo entre religiões e instituições para fortalecer a proteção de crianças e adolescentes, contribuindo para uma mudança significativa nos cenários de violação de direitos.

Junho

Não ao PL 1.904/2024

A Coalizão manifestou profunda preocupação e repúdio à aprovação do requerimento de urgência do Projeto de Lei N.º 1.904/2024, ocorrido na Câmara dos Deputados em 12 de junho. O projeto, que ficou conhecido como PL da gravidez infantil, propõe mudanças na legislação sobre a saúde sexual e reprodutiva, levantando sérias questões sobre os impactos nos direitos de crianças e adolescentes. A Coalizão reafirma seu compromisso em defender uma legislação que

promova a proteção integral e a dignidade dos direitos humanos de toda a população.

Encontro internacional

Em 20 de junho, o Secretário Executivo da Coalizão, Lucas José Ramos Lopes, participou de uma reunião de trabalho com a Dra. Najat Maalla, Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para Violência contra as Crianças. O encontro, realizado no Rio de Janeiro a convite do UNICEF, ocorreu durante um almoço que abordou a atuação da Coalizão no Brasil e os preparativos para a 1ª Conferência Ministerial de Prevenção às Violências, realizada em novembro em Bogotá, na Colômbia. Durante a reunião, foram discutidos desafios relacionados às agendas legislativas, planejamento e gestão intersetorial, além do modelo de financiamento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. A Dra. Najat também destacou a importância de engajar o governo brasileiro na conferência, incentivando o compartilhamento de práticas e lições aprendidas com outros países que integram a Parceria Global. A missão da representante especial incluiu uma agenda extensa no Brasil, em encontros com representantes do governo, ativistas, parlamentares, adolescentes e jovens.



Julho

Audiência pública

No dia 11 de julho, a Coalizão participou de uma audiência pública na Câmara dos Deputados para instruir o Projeto de Lei N.º 1.773/2022, que propõe a instituição da Política Nacional de Combate ao Suicídio de Crianças e Adolescentes. O evento foi uma oportunidade crucial para debater os desafios e a urgência de implementar políticas públicas eficazes que previnam este grave problema. A audiência reuniu especialistas, representantes do governo e da sociedade civil, que contribuíram com análises baseadas em evidências para subsidiar a construção de uma legislação robusta, comprometida com a proteção e o bem-estar de crianças e adolescentes no país.

Agosto

As escolas e a prevenção ao extremismo violento

O projeto (Re)conectar promoveu uma live em 12 de agosto sobre “O papel das escolas na prevenção ao extremismo violento”. A Coalizão foi representada por seu Secretário Executivo, Lucas José Ramos Lopes, e o evento também contou com a participação de André Bakker, gestor de pesquisa e projetos do Instituto Aurora, e Miriam Abramovay, coordenadora do programa da Flacso Brasil e integrante da Coalizão. O bate-papo foi baseado em um artigo publicado no portal LatinoAmerica21 e no e-book “Violência contra Escolas no Brasil: perspectivas sobre o extremismo entre jovens e estratégias de prevenção”. Os participantes discutiram como as escolas podem

atuar como espaços seguros para prevenir violências e promover a cidadania, explorando experiências e estratégias eficazes na formação de jovens.

Violência doméstica e intrafamiliar

A Coalizão participou do 18º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 14 de agosto, integrando o painel “Lar violento: desafios e perspectivas para enfrentar a violência doméstica e intrafamiliar”. A moderação foi conduzida por Cauê Martins (FBSP) e contou com a participação de Luiza Teixeira (UNICEF), Eugênia Villa (Delegada de Polícia Civil do Piauí) e Ana Paula Portella (Universidade da Pensilvânia). Com base nos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024, o painel discutiu os altos índices de violência intrafamiliar, com 93,8% dos casos de maus-tratos perpetrados por familiares. Foram debatidas estratégias para prevenção e resposta à violência doméstica, sem criminalizar as famílias, além de soluções baseadas em evidências que funcionam na prática.

Acordo de Cooperação Técnica com a ATRICON

Em 19 de agosto, a Coalizão e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) celebraram um acordo de cooperação técnica. A assinatura ocorreu na sede da Fundação José Luiz Setúbal, uma das organizações que integram a Coordenação Colegiada da Coalizão. A parceria foi criada para aprimorar a capacidade diagnóstica e o monitoramento de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das violências contra crianças e adolescen-



tes. O acordo incluiu o planejamento de uma Fiscalização Ordenada em âmbito nacional, focada na prevenção e resposta às violências. O evento contou com a presença de Edilson Silva (presidente da ATRICON), Renato Rainha (conselheiro), Dr. José Luiz Egydio Setúbal, Márcia Kalvon Woods e Lucas José Ramos Lopes, que destacaram o impacto positivo dessa parceria para o avanço da agenda de prevenção no país.



Setembro

Formação interna: INSPIRE

A Comissão de Conhecimento da Coalizão promoveu, em 24 de setembro, uma formação interna baseada no pacote INSPIRE, que apresenta sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças e adolescentes. O evento contou com a participação de representantes das organizações que integram a Coalizão para aprofundar o entendimento sobre as diretrizes do INSPIRE e fortalecer a aplicação prática das estratégias. A iniciativa reforçou o compromisso com a disseminação de conhecimentos baseados em evidências e promoção de soluções concretas e colaborativas para a prevenção de violências em diversas regiões do país.



Relatório de Atividades 2022-2023

O mês de setembro também marcou o lançamento do Relatório de Atividades 2022-2023, um registro de conquistas e aprendizados obtidos ao longo do período. O documento demonstrou o compromisso contínuo da Coalizão em promover mudanças estruturais para garantir os direitos de crianças e adolescentes no Brasil, tendo como destaques as articulações estratégicas no Congresso Nacional, realizadas por meio da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância e da Rede Nacional de Frentes Parlamentares. Além disso, a mobilização da sociedade civil foi ampliada, com formações, campanhas de conscientização e materiais informativos que alcançaram milhares de pessoas. Cada ação descrita no Relatório resultou de esforços coletivos, reafirmando que a proteção de crianças e adolescentes é um compromisso que inspira diariamente as organizações, lideranças e redes envolvidas. O Relatório de Atividades está disponível para acesso público no site da Coalizão.

Outubro

Reunião técnica preparatória

Em 22 de outubro, a Coalizão apoiou a realização da reunião técnica preparatória para a 1ª Conferência Ministerial Global sobre o Fim da Violência, ocorrida em novembro em Bogotá, na Colômbia. Desde maio, a Coalizão, em parceria com UNICEF, Joining Forces e o Coletivo Global de Jovens pelo Fim da Violência – OMS e Restless Development, vinha articulando ações de mobilização e incidência voltadas à participação qualificada da sociedade civil e de adolescentes no evento ministerial. O encontro discutiu os compromissos que o Brasil levaria à Conferência, incluindo indicadores baseados no pacote INSPIRE, superação de gargalos de financiamento e fortalecimento da gestão intersetorial.



Relatório Luz

A Coalizão contribuiu para o capítulo do ODS 16 do VIII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030, focado em violência contra crianças e adolescentes. O documento, financiado pela União Europeia, foi produzido pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 e coordenado por Gestos. Essa contribuição reflete o compromisso com uma agenda de justiça social, sustentabilidade e direitos humanos.

Novembro

Proteção no ambiente digital

A Coalizão foi convidada pelo CONANDA, em 4 de novembro, para integrar o grupo que desenvolve a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital, ao lado de instituições como UNICEF Brasil, Human Rights Watch e SaferNet Brasil. O trabalho refletiu o compromisso da Coalizão em propor medidas que promovam um ambiente digital mais seguro e inclusivo, reforçando a proteção de crianças e adolescentes diante de desafios tecnológicos.

Atendimento a vítimas de violência sexual

Em novembro, a Coalizão contribuiu com sugestões para a minuta de resolução sobre o atendimento no Sistema de Garantia de Direitos a crianças vítimas de violência sexual. A iniciativa reforça a importância de assegurar os direitos de crianças e adolescentes e o comprometimento da Coalizão em viabilizar políticas eficazes e baseadas em evidências.

Crianças no G20

A Coalizão participou, em 5 de novembro, da articulação e do pré-lançamento internacional do Policy Pack Crianças no G20. O documento apresentou recomendações para assegurar que os direitos, as perspectivas e a participação ativa de crianças e adolescentes fossem integrados às agendas do G20, evitando a negligência com esse público em temas globais prioritários. O grupo Crianças no G20 reuniu organizações nacionais e internacionais para esforços conjuntos de advocacy, para incluir a proteção infantil em



processos do G20 até a Cúpula de Líderes. O Policy Pack reforçou a necessidade de uma abordagem colaborativa para enfrentar desafios globais envolvendo crianças.



Apoio ao evento Deficiência 20

A Coalizão apoiou o Instituto Jô Clemente (IJC), em parceria com a Disabilities Rights Foundation (DRF), na idealização do evento D20 – Deficiência 20. A iniciativa procurou integrar as pautas das pessoas com deficiência de forma transversal nas discussões do G20, promovendo inclusão e visibilidade. Com foco em justiça climática, saúde, educação e direitos humanos, o projeto incentivou a participação de lideranças com deficiência em debates estratégicos. O evento autogestionado no G20 Social, no Rio de Janeiro, entregou recomendações às lideranças globais, fortalecendo uma rede internacional de advocacy para inclusão efetiva.

Prioridade absoluta

Ainda durante o G20 Social, em 14 de novembro, a Coalizão participou do painel que abordou a incorporação da segurança e proteção em âmbitos institucionais e digitais. O evento destacou a importância de soluções preventivas baseadas em evi-

dências para combater abusos, exploração on-line e violência doméstica, reforçando o comprometimento da Coalizão em trabalhar para transformar esses compromissos em políticas públicas escaláveis e adequadamente financiadas.

Educação de qualidade para a paz e tolerância

O Instituto Alana e a Coalizão contribuíram para o relatório do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) sobre Educação de Qualidade para Paz e Tolerância. A submissão, realizada no mês de novembro, enfatizou temas como equidade, inclusão de crianças com deficiência e combate à radicalização on-line. Entre os destaques, estavam os desafios na implementação da Lei N.º 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas do Ensino Fundamental e Médio, e a necessidade de abordagens intersetoriais para prevenir a violência escolar.

Dezembro

Planejamento 2025

Em 4 de dezembro, concluímos a etapa final do Planejamento 2025 da Coalizão. Sob o slogan “Sonhar e construir, juntos, o futuro da Coalizão”, o planejamento destacou a importância da complementaridade entre o advocacy da Coalizão e a atuação das organizações-membro, permitindo a otimização de recursos e a ampliação do impacto coletivo. O evento reforçou que atuar em coalizão não apenas multiplica resultados, mas também divide desafios. A mensagem central foi um convite à colaboração: realizar em conjunto aquilo que não seria possível

alcançar isoladamente, seja devido a limitações de recursos, de capital político ou pela complexidade da agenda. A Coalizão reafirmou seu compromisso com uma atuação articulada e coordenada, essencial para enfrentar as diversas formas de violência contra crianças e adolescentes e promover respostas eficazes e sustentáveis.



“A Coalizão tem atuado de forma efetiva para avançarmos no enfrentamento às violências. Seu trabalho no acompanhamento do parlamento, a discussão sobre a pauta do orçamento público e dos indicadores, entre tantas contribuições, tem sido de extrema relevância para qualificar o debate e construir políticas públicas que assegurem a proteção integral a crianças e adolescentes.”

Karina Figueiredo, **Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**



“Atuar na Coalizão tem ampliado nossas ações de incidência em políticas, planos e na mobilização na defesa dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. A união de organizações da sociedade civil fortalece e eleva a produção de conhecimento a um novo patamar, evidenciando a interrelação das violências, a importância de se trabalhar ciclos de vida. Assim, conseguimos planejar e propor respostas mais estruturadas, que certamente geram um impacto mais eficaz.”

Lais Peretto, Eva Dengler e Itamar Gonçalves, **Instituto WCF (Childhood Brasil)**



“Fazer parte da Coalizão é aprender e contribuir para a defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes em um advocacy comprometido e transparente. As possibilidades de diálogos e articulações com outras organizações e com os poderes públicos, sobretudo o Legislativo, evidenciam o refinamento técnico e a capacidade de mobilização das atividades da Coalizão.”

Mariana Albuquerque Zan, **Instituto Alana**



“Nossa participação e apoio à Coalizão proporciona conhecimento e potencializa nosso impacto em advocacy. O trabalho em rede nos proporciona uma visão abrangente de diferentes territórios, suas especificidades e desafios comuns, permitindo uma atuação mais articulada e eficaz no enfrentamento da violência.”

Adriane Menna Barreto,
Instituto Tecendo Infâncias



“As atividades da Coalizão possibilitam um rico espaço de trocas entre as mais diversas organizações que atuam no enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes. A atuação joga luz sobre a necessidade de incluir o enfrentamento e a prevenção no orçamento público. Vida longa à Coalizão!”

Renan Theodoro de Oliveira,
Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo



“A articulação e a mobilização promovidas pela Coalizão ampliaram nossa capacidade de advocacy, contribuindo para a incidência qualificada no Legislativo e impactando políticas públicas de forma sistêmica no Estado do Pará. Essa colaboração tem fortalecido nossa atuação na prevenção da violência sexual e promovido avanços duradouros na garantia de direitos.”

Diego Martins, **Futuro Brilhante**



“Em nossa atuação, priorizamos ações de prevenção às violências. Participar da Coalizão, cuja capacidade de articulação e incidência vem sendo construída de forma coletiva, tem contribuído para a compreensão de que a perspectiva da prevenção deve estar no centro da construção e execução de políticas públicas.”

Marcia Oliveira, **Rede Não Bata, Eduque**



“Tem sido um grande aprendizado e uma honra integrar a Coalizão. Sua capacidade de articulação e promoção de espaços de diálogo qualificado possibilita a construção de estratégias conjuntas para uma incidência mais eficaz em políticas públicas.”

Cristiane Faria, **Passos da Criança**



“A Coalizão tem objetividade e organização, seriedade e foco na criação e no encaminhamento de propostas. Proporciona espaço de troca, aprendizados, incentiva o conhecimento da causa, da necessidade de ação e do que é essencial estabelecer como caminho num cenário cada vez mais complexo e adverso como o da atualidade, no país e no mundo.”

Soraya Saide,
Palhaços Sem Juízo – interações artísticas em ambientes do Judiciário



“A Coalizão é um rico espaço de troca e diálogo, que fortalece o trabalho articulado das organizações da sociedade civil para o enfrentamento das violências. Isso resulta em uma atuação mais qualificada para todos, sempre com comprometimento com a qualidade técnica e pautando o tema em espaços relevantes. A Coalizão tem sido um espaço estratégico que contribui com nossos objetivos.”

Cecília Landarin Heleno,
Centro Marista de Defesa da Infância



“A Coalizão é um coletivo potente que consolida seu advocacy e impulsiona ações concretas junto às instâncias de poder por meio de diálogos. Integrá-la corrobora nossa atuação que, além de contribuir para o fortalecimento das políticas de proteção social, se dedica à garantia dos direitos de crianças e adolescentes.”

Kelly Sousa,
Instituto Pe. Wilson Groh



“Fazer parte da Coalizão tem sido uma experiência enriquecedora. É um espaço de troca genuína, onde diferentes trajetórias se conectam para fortalecer a proteção e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes. O diálogo e a articulação coletiva ampliam vozes e impulsionam transformações, reafirmando que mudanças reais acontecem quando caminhamos juntos.”

Carolina Terra e Caroline Araujo,
Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio)



A Coalizão na 1ª Conferência Ministerial Global pelo Fim da Violência contra Crianças

Mobilização nacional e Sessão Preparatória

A Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes – em parceria com o UNICEF, a iniciativa Joining Forces e o Coletivo Global de Jovens pelo Fim da Violência – se empenhou na organização de uma Sessão Preparatória Nacional. O objetivo era engajar diversos setores da sociedade brasileira na construção de propostas e estratégias a serem apresentadas na Conferência Global. Apesar dos esforços de articulação, o governo brasileiro não se engajou na preparação de uma Sessão Nacional, conforme proposto pela dinâmica da Conferência.



Monitoramento dos compromissos pela Coalizão

A Coalizão está ativamente engajada na articulação e no monitoramento da implementação dos oito compromissos. Por meio de parcerias estratégicas e ações coordenadas, buscamos assegurar que as promessas se traduzam em políticas públicas efetivas.

Reunião técnica preparatória

Apesar desse contratempo, a Coalizão participou de uma reunião técnica preparatória em 15 de outubro de 2024, que reuniu organizações da sociedade civil, especialistas e representantes de organismos internacionais. No encontro, foram debatidas as principais demandas e propostas do Brasil para serem levadas à Conferência, reforçando o compromisso coletivo na proteção de crianças e adolescentes.

Os oito compromissos assumidos pelo Brasil

A Conferência em Bogotá

A Conferência em Bogotá se destacou como o maior evento mundial já realizado sobre o tema, proporcionando um espaço para que os países compartilhassem experiências, desafios e firmassem compromissos concretos para erradicar a violência contra crianças. O Brasil, representado pela ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, apresentou oito compromissos nacionais durante o evento.



Acesse o Documento Oficial dos Compromissos

Para mais detalhes sobre os compromissos assumidos pelo Brasil, acesse o site oficial da conferência. Ao acessar, procure por “Brazil” para visualizar o documento completo.

- 1. Desenvolvimento de um protocolo nacional unificado**
Criar diretrizes padronizadas para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, incluindo aquelas ocorridas em ambientes digitais.
- 2. Fortalecimento da segurança escolar**
Implementar iniciativas que promovam a segurança nas escolas e previnam discriminações e discursos de ódio.
- 3. Aprimoramento da verificação etária e proteção de dados**
Desenvolver métodos eficazes para verificar a idade em plataformas digitais e assegurar a proteção dos dados de crianças e adolescentes.
- 4. Apoio universal a pais e cuidadores**
Oferecer suporte abrangente para responsáveis, visando à criação de ambientes familiares seguros e acolhedores.
- 5. Prevenção ao uso de substâncias ilícitas**
Implementar programas que desestimulem o uso de drogas entre jovens, reduzindo a exposição à violência e à criminalidade.
- 6. Proteção social em territórios periféricos**
Focar em políticas de proteção social que previnam homicídios e outras formas de violência em áreas vulneráveis.
- 7. Diálogo intersetorial para prevenção da violência**
Promover a colaboração entre diferentes níveis governamentais e setores da sociedade para disseminar práticas de prevenção à violência.
- 8. Monitoramento e relato anual**
Acompanhar e reportar anualmente os avanços dessas ações no Plano Plurianual 2024-2027.

A Coalizão em espaços estratégicos

Âmbito federal

A Coalizão é membro da Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, coordenada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Em âmbito federal, a Comissão é responsável pela revisão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual com a regulamentação da Lei N.º 14.811/2024, que criou a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual. Além disso, a Coalizão passou a contribuir com o Grupo de Trabalho (GT) Parentalidade, da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, colaborando para promover políticas públicas que apoiem a parentalidade positiva. Essas representações fortalecem a capacidade técnica e política da Coalizão, contribuindo para avanços significativos em advocacy, prevenção e resposta às violências.

Ações baseadas em evidências

Destaque em 2024 também para a entrada da Coalizão no Comitê de Assessoramento Técnico da Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos, onde foi convidada a liderar, em parceria com a Rede Anthera, o Grupo de Trabalho (GT) Crianças e Adolescentes. Esse espaço permite o fortalecimento de políticas baseadas em evidências, ampliando o impacto das ações direcionadas à infância e adolescência. A Coalizão também integrou a Comissão Técnica da Parceria Global pelo Fim da Violência do Município de São Paulo, reforçando seu compromisso com os desdobramentos do pacote INSPIRE no município.

Em 2024, a Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes ampliou sua presença em espaços estratégicos, reforçando seu papel como articuladora de políticas públicas e práticas voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes. A atuação institucional foi marcada pela participação em comitês, grupos de trabalho e colegiados que promovem a defesa dos direitos humanos, a prevenção de violências e a formulação de políticas intersetoriais.

Incidência pela Prioridade Absoluta

A Coalizão também está na Secretaria Executiva da Rede Nacional de Frentes Parlamentares de Primeira Infância, uma articulação legislativa entre Assembleias Estaduais, Câmara Distrital e Congresso Nacional que amplia a agenda legislativa nessa frente, combinando esforços em todas as esferas parlamentares. Outra iniciativa nacional é a participação na Colegiada do Movimento Agenda 227, uma iniciativa suprapartidária da sociedade civil que se propõe a garantir que crianças e adolescentes estejam no centro da construção de um Brasil mais justo, próspero, inclusivo e sustentável para todas as pessoas, a partir da concretização da prioridade absoluta garantida à população de 0 a 18 anos pelo artigo 227 da Constituição Federal. Desde 2022, a Coalizão é parte do Grupo de Coordenação e Articulação do Movimento Agenda 227, reafirmando o engajamento em articulações estratégicas voltadas à garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Ainda na frente da primeira infância, desde 2023 a Coalizão é signatária do Pacto Nacional Primeira Infância, uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que reúne instituições públicas e privadas, e organizações da sociedade civil para promover a proteção e o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância. O objetivo do Pacto é fortalecer políticas públicas voltadas à faixa etária dos 0 aos 6 anos, garantindo direitos e melhorando as condições para o desenvolvimento humano integral, com crescimento saudável e seguro das crianças. Para isso, engloba ações de proteção e promoção dos direitos da criança, capacitação de operadores do direito, intercâmbio de conhecimentos sobre a rede de proteção à primeira infância, desenvolvimento de pesquisas e estudos, além de seleção e compartilhamento de boas práticas.



Governança reforçada

Durante o ano de 2024, a Coalizão Brasileira produziu materiais que reforçam seu desenvolvimento institucional. Esses documentos apresentam as bases para relações institucionais e governamentais, além de darem transparência aos processos decisórios da Coalizão.



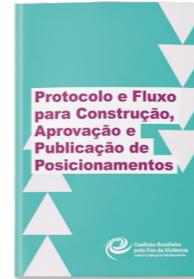
“Fazer parte da Coalizão é contribuir para a luta por direitos de crianças e adolescentes, pois esse movimento se debruça sobre uma variedade de temas, pela garantia de destinação de orçamento e prioridade absoluta nas políticas públicas existentes. Sem falar no combate a retrocessos, que sempre aparecem no nosso Legislativo.”

Danielle Tsuchida Bendazzoli,
Instituto Sou da Paz



Relações institucionais e governamentais

A Coalizão lançou sua **Política de Relações Institucionais e Governamentais (RIG)**, um marco na promoção de transparência, integridade e conformidade em suas representações institucionais. Composta por dezenas de organizações, a Coalizão enfrenta o desafio de alinhar diferentes culturas institucionais e práticas de relacionamento com governos e instituições. A nova política busca fortalecer as práticas internas da Coalizão, promovendo estratégias claras e éticas para influenciar debates e catalisar mudanças em políticas públicas e regulatórias voltadas à prevenção e resposta às violências. Além disso, contribui para o aprimoramento das práticas de articulação e advocacy no campo dos direitos das crianças e adolescentes.



Posicionamentos da Coalizão

Após um período de seis meses de aplicação e 12 testes práticos, a Coalizão apresentou seu **Protocolo e Fluxo de Construção, Aprovação e Publicação de Posicionamentos**. O documento, aprovado em abril de 2024, é uma ferramenta essencial para garantir celeridade, transparência e conformidade nos processos decisórios da Coalizão. Mais do que um guia interno, o Protocolo busca inspirar outras coalizões e redes a adotarem práticas similares, promovendo o advocacy colaborativo e fortalecendo o campo dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil. O lançamento reafirmou o compromisso da Coalizão com práticas organizacionais éticas e eficientes.



“Participar da Coalizão tem ampliado nossas estratégias para promover intervenções em diferentes espaços da sociedade, especialmente pela capacidade de articulação e incidência política, que nos fortalece como coletivo.”

Andrea Viviana Taubman,
Projeto Não me toca, seu boboca! –
Literatura e Proteção

FAQ institucional

A Coalizão lançou também um FAQ institucional, respondendo às principais dúvidas sobre sua atuação, estrutura e objetivos. O documento sintetiza informações relevantes e busca facilitar o entendimento sobre o trabalho da Coalizão, contribuindo para a transparência e o engajamento com diversos públicos.

Acesse em coalizaobrasileira.org.br





POSICIONAMENTOS

A voz pública da Coalizão

A partir da publicação do Protocolo e Fluxo de Construção, Aprovação e Publicação de Posicionamentos, a Coalizão passou a seguir diretrizes claras e objetivas em suas ações de posicionamento público, assegurando o embasamento em princípios éticos, legais e em consonância com a missão e os valores. A seguir, estão todos os posicionamentos apoiados pela Coalizão em 2024.

18/03

Assinatura de carta conjunta pela mobilização contra o homeschooling destinada a senadores, em oposição à aprovação do PL N.º 1338/2022.

19/04

Carta ao Papa Francisco (*in memoriam*) sugerindo a redação de um novo documento pontifício voltado ao cuidado e à proteção das crianças, alinhado com a Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU).

13/05

Nota de desagravo e apoio ao Cacique Luiz do povo Katu, do Rio Grande do Norte.

22/05

Nota Técnica 3/2024 requerendo a extinção do Grupo de Trabalho do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) voltado à regulamentação da escuta protegida nos casos de alienação parental nas varas de família.

12/06

Solicitação ao CONANDA referenciando a recomendação de revogação da Lei N.º 12.318/2010.

13/06

Lançamento da Política de Relações Institucionais e Governamentais (RIG) da Coalizão.

13/06

Adesão à Campanha “Criança Não é Mãe” e apoio a articulações relacionadas ao PL N.º 1904/2024.

24/06

Aprovação das sugestões de emendas ao PLN 3/2024 (LDO 2025).

31/07

Endosso da campanha do Conselho Federal de Psicologia (CFP) contra o PDL 322/2024, para suspender a aplicação da Resolução 249 do CONANDA.

28/08

Nota sobre o Projeto de Lei N.º 5.992/2023, que propõe alterações na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, “para ampliar o prazo máximo de internação provisória e estabelecer a obrigatoriedade de audiência de custódia prévia à liberação do menor apreendido”.

04/11

Carta aberta direcionada aos ministros participantes da Conferência Ministerial para o Fim da Violência contra Crianças com um chamado para ação visando acabar com a violência sexual em ambientes educacionais – United Nations Girls' Education Initiative (UNGEI), em parceria com a Sexual Violence Research Initiative (SVRI).

12/11

Carta de apoio à aprovação do PL N.º 2.628/2022, sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais – Comissão de Comunicação e Direito Digital do Senado Federal.

22/11

Nota sobre impactos da obra do Túnel Sena Madureira, em São Paulo, nos direitos e na vida de crianças, adolescentes e suas famílias.



Nossos Policy Briefs

A Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), na iniciativa Fiscalização Ordenada Nacional Infância Segura, produziram em 2024 dois Policy Briefs.

Os documentos destacam o papel da ATRICON no monitoramento das sete estratégias INSPIRE, desenhadas para colocar fim às violências contra crianças e adolescentes no mundo. A ATRICON pode contribuir com esta iniciativa tanto produzindo novas pesquisas sobre o tema quanto promovendo a importância da coleta de dados sobre experiências adversas na infância – entre elas a violência –, e as políticas públicas que estão em curso.



Policy Brief Panorama: Planos Setoriais Nacionais e os Direitos de Crianças e Adolescentes



Adaptação de indicadores e o papel da ATRICON

Adaptação de indicadores e o papel da ATRICON

Com o apoio técnico da Vital Strategies e financiamento da Fundação José Luiz Setúbal, a Coalizão lançou o **Policy Brief Adaptação de Indicadores e o Papel da ATRICON na coleta de informações para o monitoramento da violência contra crianças e adolescentes no Brasil**. O documento reúne mais de 25 fontes de dados nacionais para adaptar indicadores ao contexto brasileiro, oferecendo ferramentas essenciais para mapear e fortalecer os mecanismos de articulação e implementação de políticas públicas.

A adaptação dos indicadores, que conta com o apoio institucional do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, resultará na criação de um painel temático no Observatório Nacional dos Direitos Humanos. O conjunto de indicadores promete subsidiar decisões políticas e técnicas voltadas à proteção de crianças e adolescentes, contribuindo para a consolidação de um sistema de monitoramento robusto e eficaz.

Panorama: Planos Setoriais de Direitos de Crianças e Adolescentes

A publicação apresenta uma análise de 13 planos setoriais federais relacionados aos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, examinando dimensões cruciais como vinculação orçamentária, governança, articulação intersetorial, monitoramento e avaliação. O documento não apenas sistematiza informações essenciais sobre os planos existentes, mas também propõe critérios para fortalecer sua implementação e eficácia. Ele destaca a importância do engajamento da sociedade civil e da articulação intersetorial como pilares para assegurar a transparência e a *accountability*, promovendo mudanças concretas nas políticas públicas de proteção à infância e adolescência.

Ao final, o Policy Brief faz cinco recomendações: revisar o modelo de planejamento e gestão setorial e intersetorial; revisar e atualizar o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; aprimorar os sistemas de monitoramento e avaliação dos planos, assegurando a produção de relatórios periódicos e sua disponibilização pública; institucionalizar e assegurar condições metodológicas e materiais para a participação contínua de crianças e adolescentes nos Conselhos de Direitos; e investir no aprimoramento técnico de profissionais responsáveis pela implementação dos planos e garantir condições operacionais adequadas, especialmente em contextos de baixa capacidade institucional.



“A parceria com a Coalizão evidenciou sua extraordinária capacidade de articulação. Ao liderar um processo colaborativo com tribunais de contas, conectou o controle externo à agenda da infância, estruturando diretrizes de fiscalização, promovendo capacitações e mobilizando esforços para prevenir violências e fortalecer políticas públicas.”

Edilson de Sousa Silva,
Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON)



“A Coalizão é um espaço significativo, robusto, que reverbera a potência do coletivo na promoção e proteção do direito de crianças e adolescentes a uma vida livre de qualquer forma de violência. Participar deste espaço e compor diálogos com organizações altamente qualificadas, de diferentes setores, oxigena e fortalece nosso fazer diário.”

Deborah Kotek Selistre,
Avante Educação e Mobilização Social



INCIDÊNCIA

Atuação no Congresso Nacional

Em 2024, a Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes desempenhou um papel estratégico na tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN 3/2024), priorizando políticas públicas voltadas para a garantia, proteção, defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes. Foram elaboradas cinco sugestões de emendas, abordando prevenção de violências, garantia de recursos para políticas públicas e ações emergenciais.

No dia 18 de dezembro, a Coalizão celebrou uma vitória significativa: as emendas sugeridas foram aprovadas na sessão conjunta do Congresso Nacional, sendo incorporadas ao substitutivo do PLDO 2025. Essa conquista é um marco fundamental no fortalecimento das políticas públicas voltadas às infâncias e adolescências e reflete o impacto dos esforços do trabalho realizado pela Coalizão.

A estratégia envolveu articulação com parlamentares, envio de ofícios ao Presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e ao Relator do PLDO, e uma produção técnica detalhada. Apesar de desafios como o alto volume de emendas e prazos reduzidos, a Coalizão reafirmou seu compromisso em garantir que os direitos de crianças e adolescentes sejam priorizados no orçamento público, consolidando sua relevância no país.



“Em 2024, a Coalizão organizou um diálogo importante com parlamentares e sociedade civil em que chamamos a atenção para o tema da violência extrema contra escolas. Dialogar sobre algo que toca em pontos sensíveis ideologicamente na Câmara de Deputados mostra a coragem do advocacy da Coalizão, que cria oportunidades para que quem está nos espaços de poder seja confrontado a refletir e buscar soluções para problemas emergenciais que afetam as múltiplas infâncias e adolescências.”

Michele Bravos, **Instituto Aurora para Educação em Direitos Humanos**



“Fazer parte da Coalizão é fundamental para romper o ciclo de violências contra crianças e adolescentes. Além de fortalecer o advocacy, a Coalizão estimula o diálogo e a troca de aprendizados entre organizações e o poder público, contribuindo para que a defesa e a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes sejam uma prioridade absoluta no país.”

Gezyka Silveira e Paula Alegria, **Plan International Brasil**

Jornada Legislativa – Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude

A Coalizão participou ativamente da organização e realização da Jornada Legislativa, que abordou os temas: urgência climática e seus impactos sobre crianças e adolescentes; inteligência artificial e os desafios éticos para a proteção de direitos; políticas de saúde voltadas para o bem-estar de crianças e adolescentes; resposta às violências contra crianças e adolescentes; e Compromisso Nacional pelo Fim da Violência da contra Crianças e Adolescentes.



Jornada Legislativa
1ª parte



Jornada Legislativa
2ª parte

Acompanhamento

No dia a dia, a Coalizão acompanha uma série de comissões e os plenários da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional. Entre elas, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, a Comissão Mista de Orçamento, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.



Monitoramento legislativo

PL 4987/2023

Articulação pela aprovação do projeto que institui a flor amarela como símbolo do combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

PL 1773/2022

Participação em audiência pública realizada em 11 de julho de 2024 para instruir o projeto que institui a Política Nacional de Combate ao Suicídio de Crianças e Adolescentes.

PDL 206/2024

Reunião de articulação com o Instituto Sou da Paz sobre o decreto a respeito do controle de armas e suas implicações para a segurança de crianças e adolescentes.

RICs 4.161, 4.162 e 4.163/2024

Elaboração da minuta dos requerimentos de articulação com a deputada Laura Carneiro (PSD/RJ) para o protocolo.

Leis orçamentárias

Lei 14.791/2023

Acompanhamento dos vetos relacionados à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024, com foco nas implicações para programas de crianças e adolescentes.

Lei 15.080/2024

O processo começou com a análise detalhada do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO). Em seguida, foram elaboradas as minutas de redação técnica para inclusão ou modificação de dispositivos no texto do projeto. Com as propostas definidas, iniciou-se a articulação política para garantir que as propostas fossem protocoladas. Nesse contexto, foram enviados ofícios ao relator e ao presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), reforçando a importância das demandas apresentadas. Após essa etapa, diante da rejeição da emenda pelo relator, passou-se à articulação para o destaque na sala das sessões, a fim de viabilizar a apreciação direta das propostas pelos parlamentares – o que foi exitoso. Esse esforço incluiu a interlocução com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania para obter a concordância institucional e o apoio ao destaque no plenário. Por fim, após o veto do Presidente da República, partiu-se para a análise técnica dos vetos aplicados aos dispositivos de interesse da Coalizão.

Resultados

Todas essas ações tiveram como resultados o fortalecimento das articulações com parlamentares e instâncias governamentais; a contribuição para a discussão e o aprimoramento de matérias legislativas voltadas para a garantia, proteção, defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes; e a ampliação do engajamento em debates sobre temas emergentes, como urgência climática e inteligência artificial.

Considerações

Apesar dos desafios, o ano de 2024 foi marcado por importantes avanços na garantia, proteção, defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes. As atividades realizadas consolidaram a atuação da Coalizão no Congresso Nacional como referência em advocacy e articulação parlamentar. O comprometimento em contribuir para a construção de um país mais justo e equitativo para crianças e adolescentes segue sendo o principal norte para 2025.



“A nota técnica elaborada e assinada pela Coalizão foi fundamental na defesa do direito das crianças de uma comunidade onde atuo. Ela foi incluída em um documento que enviei ao Ministério Público, apontando violações dos direitos das crianças.”

Carolina Borges, **Ocupa Mãe**



“A Coalizão desempenha um papel fundamental na articulação de políticas públicas e na promoção de ações integradas para a proteção infantil. Sua mobilização e transparência são essenciais para avançar iniciativas que assegurem o desenvolvimento e a autonomia de crianças e adolescentes.”

Rogério Monaco, **Associação Santa Fé**



“Participar da Coalizão é muito enriquecedor pela capacidade de mobilização do grupo e pelo conhecimento técnico compartilhado sobre planejamento público e estratégias de advocacy no Legislativo e em outros espaços políticos na luta por um país menos violento.”

Claudia Leite de Moraes, **Programa de Investigação Epidemiológica em Violência Familiar (PIEVF/UERJ)**



NA MÍDIA

A Coalizão na imprensa

Em 2024, nossa presença em veículos de comunicação contribuiu para alertar sobre a necessidade de assegurar os direitos de crianças e adolescentes em grandes eventos como o Carnaval em uma reportagem do Portal Educação e Território. Já no SBT News, a Coalizão foi ouvida para comentar sobre o aumento dos casos de violência contra crianças e adolescentes, divulgados com dados do Disque 100. No Portal Lunetas, avaliamos a importância de leis como a Menino Bernardo, que incentiva a adoção de práticas não violentas de educação e cuidado. E na revista Educação analisamos como as eleições municipais abrem uma oportunidade para a discussão de projetos voltados a crianças e adolescentes.



“A Coalizão tem contribuído para o desenvolvimento do nosso advocacy. A transparência e o detalhamento das incidências junto ao Legislativo possibilitam maior aprendizado para a nossa equipe, que vem contribuindo em projetos de leis voltados à garantia de direitos de meninas e mulheres pela proposição e fortalecimento de políticas públicas municipais, estaduais e nacionais.”

Bruna Latrofe, **Associação Serenas**

FINANÇAS

Informações financeiras de 2024

R\$ 440.000



Valor total dos recursos em 2024, vindos de **doações institucionais**



Prestadores de serviço

Contratos com prestadores de serviço para a secretaria executiva, monitoramento legislativo, manutenção do site, social media, consultores especialistas em legislação orçamentária, revisores de conteúdo e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais.



Despesas administrativas

Despesas relacionadas a aluguel, telefonia, internet, contabilidade, tributos e tarifas financeiras.



Comunicação

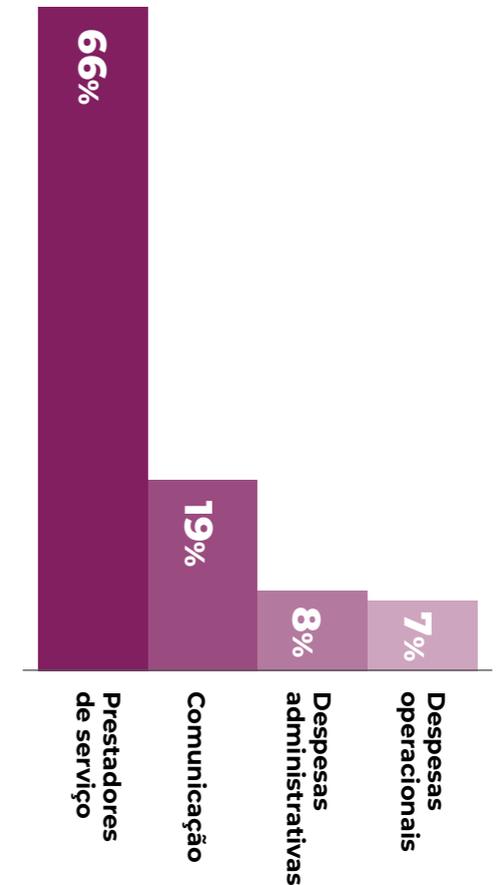
Impressão de materiais, projetos gráficos e produção de vídeo.



Despesas operacionais

Coffee breaks, passagens e hospedagens.

Uso dos recursos



A Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes **não** capta recursos públicos.



Prevenir a violência é decidir pelo futuro

Felicidade, desenvolvimento e prosperidade no Brasil dependem, em grande medida, da nossa capacidade de prevenir a violência contra crianças e adolescentes.

Prevenir não é apenas uma estratégia, é uma escolha ética, uma decisão política e um compromisso com a transformação estrutural da nossa sociedade. O Brasil precisa avançar na construção de políticas de Estado centradas na prevenção, amparadas por dados, sustentadas por evidências e implementadas com coragem.

A Coalizão Brasileira acredita que o enfrentamento da violência exige mais do que respostas pontuais, requer uma revisão profunda na forma como o país planeja, financia, monitora e integra suas ações nos três níveis de governo.

Nossa visão de mudança inclui a criação de um sistema sustentável de monitoramento de estratégias de enfrentamento das violências, a revisão do modelo de governança intersetorial e a identificação orçamentária dos investimentos em prevenção.

Embora respeitemos os avanços históricos que resultaram em ações voltadas a tipos específicos de violência, é preciso reconhecer que a organização das políticas e dos instrumentos de planejamento por tipologia têm mostrado seus limites. A especificidade de cada forma de violência deve ser preservada, mas o planejamento, o orçamento e a governança não podem seguir fragmentados. O resultado não foi a redução consistente das prevalências e tampouco conseguimos medi-las de forma adequada.

A Coalizão reafirma seu compromisso com a promoção de evidências, o advocacy por dados e o apoio na elaboração e implementação de políticas públicas mais eficientes, equitativas e eficazes. Acreditamos que a mudança social não ocorre apenas por apelos morais ou vontades individuais, mas pela forma como nos

organizamos. As instituições importam, porque moldam incentivos, regulam comportamentos e influenciam o modo como percebemos o outro e o mundo à nossa volta.

As violências são expressões de relações sociais desiguais e de estruturas históricas de exclusão. Enfrentá-las demanda instituições que promovam confiança, solidariedade e corresponsabilidade, fundadas em uma economia do cuidado e na centralidade dos direitos humanos. A prevenção se torna possível quando as instituições são capazes de reconfigurar o imaginário social e garantir respostas integrais, coordenadas e sustentáveis.

Sabemos que a violência tem raízes profundas nas relações sociais. Em um país onde crianças e adolescentes ainda não conquistaram a efetivação da sua condição de sujeitos de direitos é preciso mobilizar os setores para que a prevenção deixe de ser um ideal distante e passe a ser um critério estruturante das políticas públicas.

Estudos e avaliações de impacto indicam que investir na prevenção da violência é uma das formas mais eficazes de promover retornos sociais e econômicos no médio e longo prazo.

Iniciativas preventivas contribuem para a melhoria da qualidade de vida, o aumento do bem-estar subjetivo, a redução de custos com saúde, segurança e justiça, além de favorecer a produtividade do país. Prevenir a violência não é apenas um imperativo ético, mas uma decisão racional, com potencial de retorno significativo para o desenvolvimento humano e a sustentabilidade das políticas públicas.

Para o futuro, queremos gerações livres de violência, sustentadas por um pacto social que não deixe ninguém para trás. Seguiremos ao lado de sobreviventes, crianças, adolescentes, governos, empresas, organizações e aliados, trabalhando por um Brasil que escolhe fazer da prevenção um legado e um marco do seu lugar no mundo.





Expediente

Coordenação Colegiada

Avante Educação e Mobilização Social

Deborah Kotek Selistre

Fundação FEAC

Natalia Valente

Fundação José Luiz Setúbal

Márcia Kalvon Woods

Instituto Alana

Ana Claudia Cifali

Instituto Galo da Manhã

Bárbara Correia

Instituto Liberta

Cristina Cordeiro

Instituto WCF (Childhood Brasil)

Eva Dengler

Itamar Batista Gonçalves

SaferNet Brasil

Thiago Tavares

Secretaria Executiva

Secretário Executivo

Lucas José Ramos Lopes

Assessorias e consultorias

ACTA Comunicação Integrada

Cristiane Sampaio

Vozes & Direitos

Matheus Rojja Fernandes

CG Marketing Digital

Anna Cristina Alves Pinto Gusman

Expediente do Relatório de Atividades 2024

Coordenação

Lucas José Ramos Lopes

Edição e revisão

Ibirá Comunicação Estratégica

Renata Leal

Viviane Santa Cruz

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Durães – Design & Lettering



**Coalizão Brasileira
pelo Fim da Violência**
contra Crianças e Adolescentes

www.coalizaobrasileira.org.br

in /CoalizaoBrasileira

ig /Coalizao.Brasileira

f /CoalizaoBrasileiraPeloFimDaViolencia